

**Bianca Camargo Martins**  
**(Organizadora)**

# O Essencial da Arquitetura e Urbanismo 2



**Atena**  
Editora  
Ano 2019

Bianca Camargo Martins  
(Organizadora)

# O Essencial da Arquitetura e Urbanismo 2

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Karine de Lima

Revisão: Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E78 O essencial da arquitetura e urbanismo 2 [recurso eletrônico] /  
Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa (SP):  
Atena Editora, 2019. – (O Essencial da Arquitetura e Urbanismo;  
v. 2)

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-7247-266-1  
DOI 10.22533/at.ed.661191704

1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Urbanismo. I. Martins,  
Bianca Camargo. II. Série.

CDD 720

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Nos dias de hoje, é muito discutido o papel social da Arquitetura e do Urbanismo. Por muitos anos, o papel social foi interpretado apenas como a arquitetura específica para as camadas populacionais de menor renda, sem acesso ao mercado formal de moradias – e de arquitetura. Porém, com a crise urbana em que vivemos atualmente, onde grandes parcelas da população não tem acesso às “benesses” do espaço urbano, essa discussão voltou à tona.

Muito mais do que levar a arquitetura para os mais necessitados, devemos reinventar nossa prática profissional para sermos os agentes transformadores da sociedade atual e enfrentarmos os desafios, sociais, políticos e econômicos que estamos vivenciando diariamente em nossas cidades.

Esta edição de “O Essencial de Arquitetura e Urbanismo 2” apresenta experiências das mais diversas áreas da arquitetura e urbanismo, como: arquitetura, ensino, conforto ambiental, paisagismo, preservação do patrimônio cultural, planejamento urbano e tecnologia. Assim, busca trazer ao leitor novos conceitos e novas reflexões para a prática da arquitetura e do urbanismo.

Neste contexto, é abordada desde as metodologias pedagógicas ativas a serem utilizadas no ambiente escolar até a compatibilização de projetos com o uso da Metodologia BIM (Building Information Modeling). A acessibilidade é abordada a partir de diversas perspectivas: desde um edifício isolado até a acessibilidade de uma cidade, evidenciando a importância da discussão nos dias de hoje. Cabe destacar também os estudos de análise de edificações culturais e de cenografia de exposições e performances. A relação da cidade com o seu patrimônio cultural é tratada em diversos capítulos, desde a gestão patrimonial até a utilização de cemitérios como espaços de memória – uma iniciativa prática que demonstra que a arquitetura, assim como a cultura, está em todos os lugares. Dou ênfase também à importância dada ao patrimônio imaterial, tema de extrema relevância e que é, muitas vezes, desvalorizado pelo poder público.

A discussão sobre a dinâmica dos espaços urbanos é extensa e deveras frutífera. Nesta edição, os capítulos focam na importância da arborização urbana para o bem estar da população, na participação popular nas discussões sobre a cidade, na problemática da existência de vazios urbanos em áreas urbanas consolidadas, nas estratégias de *city marketing*, na cidade global e demais temas que comprovam a multiplicidade de questões e formas de análise que envolvem a discussão sobre a vida urbana.

Por fim, são apresentados estudos sobre novas tecnologias e materiais voltados ao desenvolvimento sustentável, especialmente no tocante à gestão de resíduos da construção civil e à mitigação de riscos e desastres.

Convido você a aperfeiçoar seus conhecimentos e refletir com os temas aqui abordados. Boa leitura!

**Bianca Camargo Martins**

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
CONTRIBUIÇÕES DOS ANAIS PARA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM ARQUITETURA E URBANISMO	
Sofia Pessoa Lira Souza Augusto Aragão Albuquerque	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6611917041</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS E AS METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS ATIVAS NA ESCOLA DO SÉCULO XXI	
Roberta Betania Ferreira Squaiella Roberto Righi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6611917042</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>29</b>
PROJETO DO FÓRUM ELEITORAL DE AFUÁ, O LUGAR SOB O PONTO DE VISTA DOS USUÁRIOS	
Angelo Pio Passos Neto Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigão	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6611917043</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>44</b>
PROCESSO DE PROJETO CENTRADO NO USUÁRIO: PENSANDO A ACESSIBILIDADE	
Vanessa Goulart Dorneles Isabela Fernandes Andrade	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6611917044</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>61</b>
ACESSIBILIDADE NA RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO	
Lília Caroline de Moraes Cecília de Amorim Pereira Eduardo Raimundo Dias Nunes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6611917045</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>71</b>
WRIGHT E SIZA: DOIS MUSEUS E O VISITANTE	
Andrya Campos Kohlmann Douglas Vieira de Aguiar	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6611917046</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>93</b>
ENTRE O SÍMBOLO DO FASCIO - O PAVILHÃO FASCISTA EM SÃO PAULO	
Gustavo de Almeida Sampaio	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6611917047</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>106</b>
A POESIA CÊNICA DE FLÁVIO IMPÉRIO: BREVE ANÁLISE DA CENOGRAFIA DE 'ROSA DOS VENTOS', DE MARIA BETHÂNIA (1971)	
Carlos Eduardo Ribeiro Silveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6611917048</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>122</b>
CURADORIA COLETIVA E MEDIAÇÃO CULTURAL NA ELABORAÇÃO DA EXPOSIÇÃO: "DO ECLETISMO AO CONTEMPORÂNEO"	
Alexandre Sônego Carvalho	
Ana A. Villanueva Rodrigues	
Geise Brizotti Pasquotto	
Jéssica Priscila Grando	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6611917049</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>131</b>
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE NA AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO DE ECOVILAS: O CASO BEDZED	
Emiliana Rodrigues Costa	
Alexandre Pajeú Moura	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66119170410</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>145</b>
WAYFINDING: FERRAMENTA DE PROJETOS NA GESTÃO HOSPITALAR	
Guilherme Gattás Bara	
José Gustavo Francis Abdalla	
Márcia Moreira Rangel	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66119170411</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>152</b>
TRANSFORMATIONS TO THE CLOISTERS AND THRESHOLD OF PAVILIONS IN HOSPITALS OF MEXICO	
María Lilia González Servín	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66119170412</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>160</b>
CONJUNTO ESCOLA PARQUE: PATRIMÔNIO MATERIAL DA BAHIA E REFERÊNCIA PARA CONJUNTOS ESCOLARES NO BRASIL	
Roberta Betania Ferreira Squaiella	
Roberto Righi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66119170413</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>177</b>
NOTAS PARA O ESTUDO DE CAPELAS DO CICLO DO OURO EM MINAS GERAIS	
Elio Moroni Filho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66119170414</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>198</b>
A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO EM COLATINA E SUA TRAJETÓRIA	
Alexandre Valbuza Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66119170415</b>	

<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>214</b>
ESTUDO DAS ARGAMASSAS ANTIGAS DA IGREJA DE N. S <sup>a</sup> DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS EM SÃO CRISTÓVÃO SE/BR	
Eder D. da Silva Adriana D. Nogueira Taina G. dos Santos Gabriela de M. Rabelo Maisa da R. Rocha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66119170416</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>229</b>
A INSERÇÃO DOS CEMITÉRIOS NA HISTÓRIA DA CIDADE DE BELÉM NO SÉCULO XIX	
Amanda Roberta de Castro Botelho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66119170417</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>245</b>
ITINERÁRIOS DA MEMÓRIA: O CEMITÉRIO COMO ESPAÇO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	
Marcelina Das Graças De Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66119170418</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>257</b>
AS TESSITURAS DA MEMÓRIA E A CONSTRUÇÃO IMAGINÁRIA DO ESPAÇO: HISTÓRIA ORAL E PATRIMÔNIO NA PEDREIRA PRADO LOPES	
Alexandra Nascimento Alex César de Oliveira Fonseca Ingrid Nayara Brito Jhonatan Ribeiro Santos Letícia Ferreira D'Angelo Martin Nicolas Rodriguez Stenia Carvalho Pessoa Talita Freitas de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66119170419</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>272</b>
O CRESCIMENTO DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL	
Monique Avelino Damaso	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66119170420</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>284</b>
FESTA DE SANTA CRUZ EM OURO PRETOA TRADIÇÃO CULTURAL COMO ELEMENTO DE IDENTIDADE E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO PELA COMUNIDADE	
Letícia Campos Filgueiras Fabiana Mendes Tavares Jacques	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66119170421</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>300</b>
MEMÓRIA OU NOSTALGIA? AS RELAÇÕES CIDADE-EMPRESA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: UM ESTUDO DE CASO DA SIDERURGIA EM MINAS GERAIS	
Ronaldo André Rodrigues da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66119170422</b>	

<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>315</b>
UMA RUA DE MUITOS LUGARES - ROTEIRO PELO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ	
Lúcia de Fátima Lobato Ferreira	
Francisco de Assis Pereira de Araújo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66119170423</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>326</b>
GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: DIAGNÓSTICO DA ATUAÇÃO DO ESTADO EM SÍTIO TOMBADO	
João Gustavo Andrade Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66119170424</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>351</b>
CONSELHO DE PATRIMÔNIO CULTURAL COMO AGENTE DA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E DA MEMÓRIA SOCIAL: ESTUDO DE CASO DO CMPC EM PIEDADE DO RIO GRANDE-MG	
Jucilaine Neves Sousa Wivaldo	
Gilson Camilo de Sousa Neto	
João Batista de Sousa Neto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66119170425</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>363</b>



## GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: DIAGNÓSTICO DA ATUAÇÃO DO ESTADO EM SÍTIO TOMBADO

**João Gustavo Andrade Silva**

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Mestrado Profissional do Programa de Especialização em Patrimônio (MP / PEP)  
Porto Seguro - BA

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é elaborar um diagnóstico de gestão da atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) - principal órgão do Estado responsável pela preservação e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro - no conjunto arquitetônico e paisagístico do município de Porto Seguro, no período de 2010 a 2017. Foi desenvolvido um processo metodológico a partir de levantamento dos principais instrumentos de gestão do patrimônio cultural utilizado pelo Estado, os quais foram divididos em partes: a) instrumentos de conhecimento e identificação; b) instrumentos referentes aos procedimentos de fiscalização e c) instrumentos referentes à autorização de intervenção do patrimônio. Os documentos coletados foram sistematizados em dados a partir de tabelas, gráficos e mapeamentos elaborados pelo autor que revelam em números como se deu a gestão do Iphan no território. A análise foi realizada de forma quantitativa e descritiva a partir da Matriz SWOT e confrontados com referencial

teórico de recortes históricos destacados na implantação da política de preservação do patrimônio cultural de Porto Seguro, como o Projeto Piloto (IPHAN, 2000) de aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Tal feito assume grande importância, uma vez que instrumentaliza juridicamente a atuação do Iphan em âmbito nacional e dá diretrizes para subsequente normatização e melhor atuação do Estado no sítio tombado. Deseja-se que este trabalho possa estimular e subsidiar a normativa da poligonal tombada do município de Porto Seguro, assim como o desenvolvimento de estratégias e novas pesquisas sobre gestão do patrimônio cultural tombado e seus efeitos na sua preservação e salvaguarda.

**PALAVRAS-CHAVE:** patrimônio cultural; gestão do patrimônio; instrumentos de gestão.

### MANAGEMENT OF CULTURAL HERITAGE: DIAGNOSIS OF THE STATES'S PERFORMANCE IN A LISTED AREA

**ABSTRACT:** The objective of this article is to elaborate a diagnosis of the performance of the Institute of National Historic and Artistic Heritage (Iphan) - the main institution of the State responsible for the preservation and safeguarding of Brazilian cultural heritage - in

the architectural and landscape complex of the municipality of Porto Seguro, in the period from 2010 to 2017. A methodological process was developed based on a survey of the main instruments for the management of cultural heritage used by the Federal Government, which were divided into parts: a) knowledge and identification instruments; b) instruments related to the inspection procedures and c) instruments regarding the authorization of intervention of the equity. The collected documents were systematized in data from tables, graphs and mappings elaborated by the author that reveal in numbers how the management of Iphan in the territory was given. The analysis was carried out quantitatively and descriptively from the SWOT Matrix and confronted with a theoretical reference of historical cutbacks highlighted in the implementation of the policy of preservation of the cultural heritage of Porto Seguro, such as the Pilot Project (IPHAN, 2000) for the application of the National Inventory of Cultural References (INRC). This achievement is of great importance, since it legally equips Iphan's work at the national level and gives guidelines for subsequent regulation and better performance of the Government on the area. It is hoped that this work can stimulate and subsidize the polygonal normative of the city of Porto Seguro, as well as the development of strategies and new researches on the management of the cultural heritage listed and its effects in its preservation and safeguard.

**KEYWORDS:** cultural heritage; heritage management; management instruments.

## INTRODUÇÃO

O objetivo geral deste trabalho é elaborar um diagnóstico de gestão da atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) - principal órgão do Estado responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro - no conjunto arquitetônico e paisagístico do município de Porto Seguro. A partir desta análise, gerar subsídios para a elaboração de critérios claros de normatização da poligonal tombada do município e para o desenvolvimento de estratégias de gestão do seu patrimônio cultural.

O conjunto histórico e paisagístico de Porto Seguro, tombado através do processo 800-T de 1968 e convertido em Monumento Nacional pelo Decreto nº72.107 de 1973, foi inscrito no livro Histórico sob o nº446 e no livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico sob o nº62 em março de 1974.

O perímetro de sua poligonal de proteção (Figura 1) foi, ainda, rerratificado pela Portaria Ministerial nº140 de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2000 sem, contudo, possuir normativa específica, o que dificulta a gestão do sítio tombado e torna o papel do técnico muito mais trabalhoso e delicado na tomada de posicionamento crítico pela não existência de parâmetros e critérios específicos.

Quase vinte anos após a redefinição da poligonal tombada, o Iphan inicia os primeiros estudos para a elaboração de normativa, a partir do Edital de Seleção (BRASIL, 2017) do seu mestrado profissional:

Tendo em vista as múltiplas demandas pela elaboração de Normas de Preservação para as áreas tombadas, [...] desenvolver estudos sobre os valores atribuídos ao Conjunto de Porto Seguro, buscando entender a significância cultural do lugar, gerando subsídios para a elaboração de critérios claros para o desenvolvimento de estratégias de gestão do patrimônio tombado.

A prática diária no Escritório Técnico do Iphan em Porto Seguro<sup>1</sup> que o mestrado profissional fornece uma apreensão espacial sobre o sítio tombado de Porto Seguro e suas complicações. A oportunidade de acompanhar vistorias de fiscalização e elaborar minutas de pareceres técnicos de processos administrativos do Iphan evidencia a dificuldade de tomar um posicionamento sem uma regularização específica do sítio tombado, o que torna o papel do técnico muito mais árduo pela não existência de normativa específica para a região.

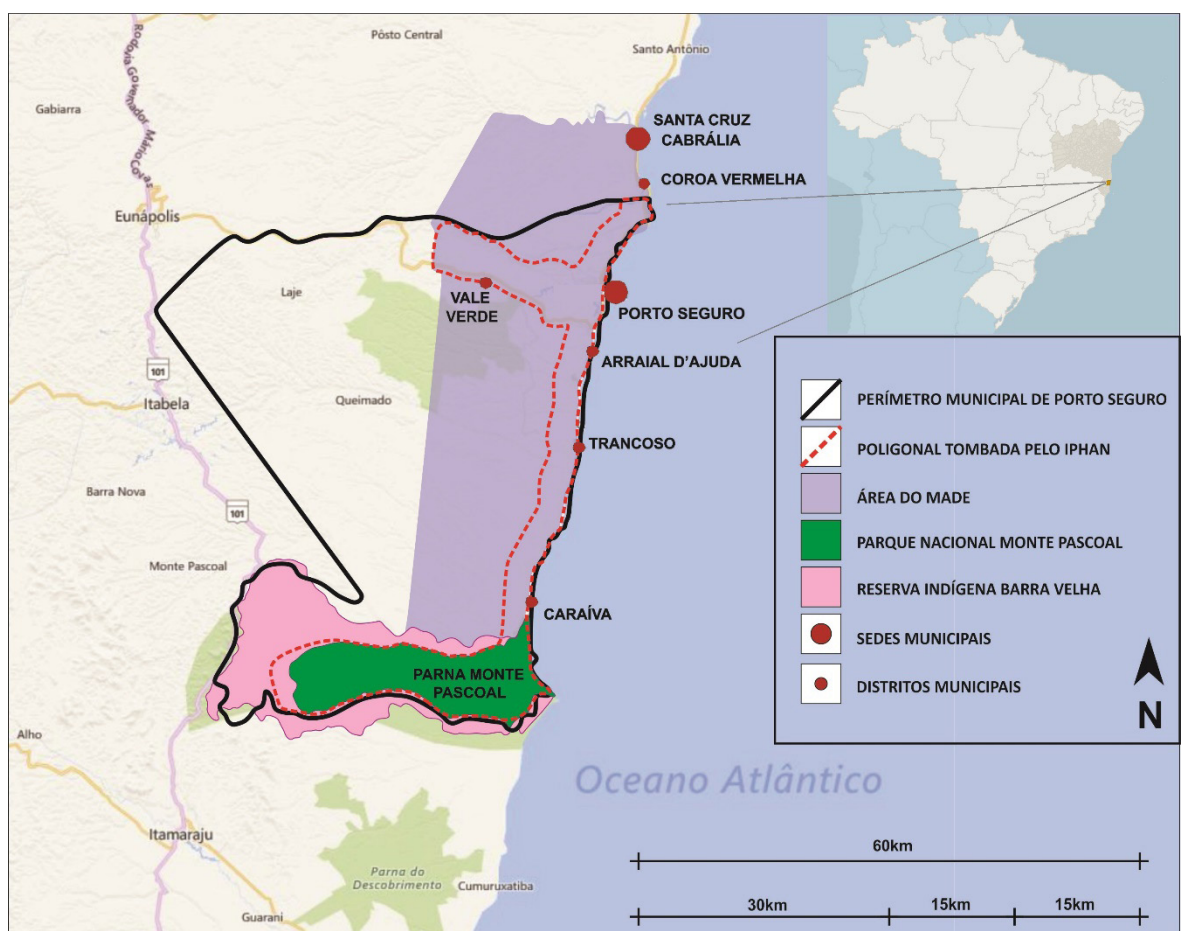


Figura 1: Polígonais de proteção do patrimônio natural e cultural existentes em Porto Seguro sobrepostas.

Fonte: Mapa elaborado pelo autor baseado em dados do IBGE, ICMBios e Iphan.

Base cartográfica disponível em <<https://www.bing.com/maps?FORM=Z9LH3>>.

1 O Mestrado Profissional do Iphan faz com que o mestrando fique locado em uma de suas unidades, sendo-lhe demandados trabalhos práticos como ações de fiscalização e vistorias *in loco*, elaboração de minutas de parecer técnico e relatórios fotográficos, reuniões relacionadas às políticas de salvaguarda do patrimônio, dentre outras atividades interdisciplinares da instituição. Essa rotina o deixa familiarizado com os afazeres desta autarquia, voltados à preservação, salvaguarda e fomento do patrimônio cultural.

A inexistência desses parâmetros para a gestão da poligonal tombada de Porto Seguro também tem gerado diversos problemas, como: a) múltiplas interpretações do técnico responsável na emissão de pareceres e posicionamentos sobre intervenções arquitetônicas e urbanas no sítio classificado; b) conflitos entre proprietários de bens imóveis e poder público; c) desconhecimento das formas de uso e ocupação do sítio pela população local; d) atuação distinta de competências (ambientais, sociais, econômicas e culturais) entre os órgãos do Estado sobre a mesma área.

A implementação de um sistema de normatização para fiscalização em sítios históricos, com parâmetros urbanísticos e construtivos específicos, contribuiria com a gestão do patrimônio cultural e sua consequente salvaguarda, principalmente se incorporado novas abordagens sobre o modo de preservar e gerir este patrimônio, por meio da revisão dos valores atribuídos e participação coletiva da comunidade local. Nesse contexto, percebeu-se que o primeiro passo a ser realizado seria a elaboração de diagnóstico de gestão de Porto Seguro a partir da atuação do Iphan no sítio tombado, o que será apresentado a seguir.

## PROCESSO METODOLÓGICO ADOTADO

Tendo em vista a normatização do sítio tombado de Porto Seguro, há vários aspectos do pensamento de Beatriz Kühl (2016) e José Reginaldo Gonçalves (2015) que servem como fundamentação para o desenvolvimento de tais atividades. Kühl (2016, p. 65), por exemplo, destaca a importância de critérios e abordagens teórico-metodológicas do campo do patrimônio para compreender como se deve intervir no bem cultural:

A atuação em bens culturais exige estudos aprofundados, não admite simplificações, nem aplicações mecânicas de fórmulas: daí a necessidade de trabalhar princípios, ou critérios de atuação (e não regras fixas) para fundamentar propostas.

Logo, há a necessidade de ir em busca de experiências bem-sucedidas de normatização e regularização do patrimônio tombado no Brasil e no mundo para embasar a escolha de qual metodologia é a mais pertinente a se aplicar no caso em questão. Arantes (2012, p. 112) já direciona um caminho ao afirmar que “o tripé” de procedimentos que confere consistência para proteger o patrimônio é:

1) sua delimitação precisa; 2) a identificação tecnicamente correta e completa dos valores que lhe são atribuídos; e 3) a documentação consistente das evidências que sustentam tal atribuição de valor ou valores.

A partir desse entendimento, assim como a assimilação das relações estabelecidas entre usufruidores e o sítio histórico e paisagístico e demais áreas circunvizinhas, buscou-se melhor estratégia para a execução de diagnóstico e

elaboração de zoneamento da poligonal tombada de Porto Seguro. Tal feito assume grande importância, uma vez que instrumentaliza juridicamente a atuação do Iphan em âmbito nacional e dá diretrizes para subsequente normatização.

Foi desenvolvido um processo metodológico para o desenvolvimento de diagnóstico de gestão do Iphan no sítio tombado de Porto Seguro, o qual destrincharemos a seguir:

- Levantamento de todos os processos administrativos do escritório, evidenciando a quantidade de pareceres, vistorias, relatórios fotográficos, informações técnicas e outras demandas que foram realizadas entre 2010 e 2017, sistematizando em dados a sua gestão e atuação a partir de gráficos que revelem, em números, como se dá o seu trabalho e onde, geograficamente, foram ou são as suas maiores demandas. Foi considerado esse o recorte de tempo (2010-2017) para se ter entendimento de como a poligonal estabelecida nos anos 2000 tem interferido, ou não, na atuação do Escritório a partir da vigência das Portarias nº187/2010, referente aos “procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado” (BRASIL, 2010) e nº240/2010, que dispõe sobre a regularização do processo de fiscalização e intervenção em bens edificados e áreas de entorno;

- Análise SWOT: O termo SWOT é o acrônimo para Strengths (forças), Weaknesses (fraquezas), Opportunities (oportunidades) e Threats (ameaças) que traduzimos para o português para a sigla FOFA. É por meio da matriz SWOT que é possível entender o objeto de estudo através das variáveis internas (Fortalezas e Fraquezas) e externas (Oportunidades e Ameaças). Por meio desses dados também é possível tanto condicionar/limitar ou viabilizar/alavancar os projetos e as ações no âmbito da gestão territorial obtendo um diagnóstico da atuação do poder público frente aos desafios da dinâmica, no caso específico deste trabalho, da gestão sobre o patrimônio cultural tombado.

## **LEVANTAMENTO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO**

A maior parte das fontes utilizadas nesse artigo foi coletada a partir do levantamento dos principais instrumentos de gestão do patrimônio cultural utilizado pelo Estado, os quais foram divididos em partes: a) instrumentos de conhecimento e identificação; b) instrumentos referentes aos procedimentos de fiscalização e c) instrumentos referentes à autorização de intervenção do patrimônio.

Foram levantados uma gama de documentos elaborados pelo Iphan, dentre eles, os inventários dos bens culturais de Porto Seguro, assim como autos de infração, notificações, termos de embargo, pareceres técnicos e requerimentos de intervenção no patrimônio cultural do município que geraram processos administrativos, abertos ou arquivados, no Escritório Técnico de Porto Seguro (ETEC-PS) e na Superintendência do Iphan na Bahia, uma vez que por meio destes podem ser encontradas informações relevantes sobre a ocupação do território.

Foi um árduo trabalho de leituras de fundamentação teórica que possibilitou um adiantar no levantamento de dados, que foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica e documental, analisados de forma descritiva e confrontados com referencial teórico de recortes históricos destacados na implantação da política de preservação do patrimônio cultural de Porto Seguro.

O Iphan desenvolveu diversos processos metodológicos de coleta de informações sobre o patrimônio, desde as viagens de Mário de Andrade em missão ao Nordeste, “de caráter científico” (CHUVA, 2011, p. 150) até os contemporâneos inventários participativos que, numa construção coletiva, incentivam a participação da população local e dos próprios detentores<sup>2</sup>.

No âmbito de Porto Seguro, identificou-se duas experiências de desenvolvimento de inventário do patrimônio. O INBI-SU (IPHAN, 2001) e o INRC (IPHAN, 2000), ainda numa segregação do patrimônio cultural entre bens materiais e imateriais. O primeiro foi desenvolvido por técnicos do próprio Iphan junto à Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa da UFMG e o segundo foi através da contratação de uma equipe multidisciplinar de especialistas por meio da empresa Andrade Arantes – Consultoria e Projetos Culturais.

Não se buscou entrar na questão da historicidade e importância do instrumento inventário *per se*, já que há uma vasta bibliografia sobre este tema (MOTA & SILVA, 1998; TELLES, 2007; CARVALHO & AMARAL, 2011; SANTOS, 2013), tampouco realizar uma análise qualitativa dos inventários de Porto Seguro, pois seria uma questão muito mais profunda para ser desenvolvida em apenas um tópico deste trabalho. A intenção foi compreender em qual contexto e como os inventários foram aplicados e desenvolvidos, assim como suas conseqüentes reverberações, principalmente no âmbito da gestão patrimonial.

O INBI-SU foi criado na década de 80, dialogando com a Constituição Federal de 1988 que coloca o inventário como um dos instrumentos de acautelamento e preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, sendo dever do Estado garantir acesso às fontes de informação relacionadas à cultura nacional, assim como sua valorização e difusão.

Embora já tenha passado por longo processo patrimonial, o INBI-SU de Porto Seguro só foi desenvolvido em 2001, talvez numa resposta às discussões das celebrações ocorridas no município do V Centenário da chegada dos portugueses em terras ameríndias.

Fez-se uma busca do inventário de Porto Seguro na Superintendência do Iphan na Bahia, assim como no Escritório Técnico de Porto Seguro (ETEC-PS). Não foi encontrado em sua completude. Por conta dessa demanda e solicitação do ETEC-PS, a bibliotecária da Superintendência<sup>3</sup> solicitou o material para o arquivo de Brasília,

2 O Iphan possui vasta publicação que fomenta educação patrimonial a partir de uma troca de conhecimento entre a comunidade local e seus técnicos, orientando a construção coletiva de inventários de identificação (IPHAN, 2000; IPHAN 2007, IPHAN 2012; IPHAN, 2016).

3 E-mails trocados com a servidora Ana Teresa G. S. de Matos, responsável técnica pelo arquivo e biblio-

que nos foi disponibilizado de maneira também incompleta. Até então não tivemos acesso, por exemplo, à pesquisa histórica citada no Relatório da Atuação do Ministério da Cultura e do Iphan no Museu Aberto do Descobrimento (MINC, 2001, p. 25) que afirma:

[...] a pesquisa histórica fez a identificação de fontes documentais sobre a história da região, produzindo mais de 170 registros, cujo conteúdo, associado às análises do conjunto de informações levantadas [essas análises foram disponibilizadas], forma base essencial para o conhecimento mais aprofundado dos contornos culturais e históricos desses sítios urbanos.

No arquivo do Escritório Técnico do Iphan em Porto Seguro há a coletânea de nove CD-ROMs contendo o levantamento<sup>4</sup> realizado nos cinco distritos do município (Porto Seguro – cidade alta e cidade baixa –, Arraial D’Ajuda, Trancoso, Vale Verde e Caraíva) e do município vizinho de Santa Cruz de Cabrália, que também possui seu conjunto urbano tombado, ao todo, foram inventariados cerca de 800 imóveis (MINC, 2001, p. 24).

Paralelamente à elaboração do INBI-SU de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, também houve o desenvolvimento do INRC no mesmo sítio. O Ministro da Cultura, a partir da Portaria nº37/1998, institui uma comissão com o objetivo de elaborar proposta visando a regulamentação para o acautelamento do patrimônio imaterial brasileiro. O Iphan também vai ao encontro dessa discussão e propõe a elaboração de um processo metodológico que pudesse ser adotado pelo inventário do patrimônio imaterial, instrumento que contribuiria também para a implementação do Decreto nº3551/2000.

Assim surge o projeto piloto do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que viria a ser o principal instrumento de identificação e conhecimento do patrimônio cultural imaterial. O Departamento de Identificação e Documentação do Iphan (DID) convida Antônio Arantes<sup>5</sup> - que também era membro da comissão instituída pela Portaria nº37/1998 - para coordenar a equipe multidisciplinar que seria responsável pela formulação dessa metodologia<sup>6</sup>.

O desenvolvimento deste projeto piloto ocorre no município de Porto Seguro, abrangendo os seus principais distritos e dois municípios vizinhos devido aos seguintes fatores, conforme Manual de Aplicação do INRC (2000, 33):

Essa vasta região do sul da Bahia, com 1.200 km<sup>2</sup> de área, abrangendo três municípios e várias aldeias e terras indígenas foi escolhida não só em virtude de ter sido delimitada juridicamente para fins da implantação de uma política

---

teca do Iphan-BA.

4 O levantamento encontrado nos CD-ROMs contém a) base de dados, b) planta cadastral, c) planta dos imóveis, d) fotografia dos imóveis e e) maquete eletrônica do sítio.

5 Foi presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (1983-1984), e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2004-2006). Cientista social pela USP, Mestre em Antropologia social pela USP e PhD. pela Universidade de Cambridge (King’s College).

6 Portaria publicada no Diário Oficial da União, em 06 de março de 1998.

cultural unificada no âmbito federal (o programa cultural do MADE)<sup>7</sup>, mas também por possuir certa unidade em termos de formação histórica, e por vir sofrendo em décadas recentes os efeitos de um mesmo processo de incorporação pelos negócios associados ao turismo.

Em 2015, Sara Morais e Rodrigo Ramassote entrevistam Arantes (2015)<sup>8</sup>, que discorre sobre o percurso inicial da aplicação do INRC em Porto Seguro e desdobramentos posteriores, dos quais destaca-se pontos que ajudam a compreender como tal instrumento foi desenvolvido no município.

Arantes afirma que, diferentemente da aplicação do INBI-SU, os técnicos do Iphan “colaboraram para a criação dessa metodologia com sua experiência enquanto gestores da área, não enquanto pesquisadores”, o que demonstra um certo afastamento dos mesmos do processo de desenvolvimento do INRC:

Eles forneceram parâmetros derivados de suas expectativas e necessidades; mas a construção de um instrumento que pudesse ser aplicado nacionalmente e que permitisse elaborar algum tipo de síntese dos resultados obtidos em campo, isso foi feito pela equipe montada pela empresa de consultoria Andrade e Arantes – Consultoria e Projetos Culturais. A metodologia do INRC foi construída em campo, graças à experiência, persistência e competência de um grupo de pesquisadores especialmente selecionados (Arantes *et al.* 2015, 235).

Havia, contudo, um consenso de que o inventário fosse utilizado como parâmetro para melhor gestão do patrimônio cultural (ARANTES *et al.* 2015, p. 243):

É interessante lembrar, mais uma vez, que esta abordagem [adotada para a construção do projeto-piloto] do INRC não responde a limites e parâmetros acadêmicos, exclusivamente; mas, além destes, a limites e parâmetros de ação – ou seja, práticos – e para a ação, ou seja, que se tornam normativos quando **integrados** à política pública a que deverão servir.<sup>9</sup>

E, desta maneira, deveria existir uma integração dos inventários relativos ao patrimônio material (INBI-SU) e imaterial (INRC), não bastando “simplesmente agregar informações de natureza sociocultural aos instrumentos de inventário arquitetônico e urbanístico existentes”, mas sim articular as dimensões do tangível e intangível do patrimônio cultural a ser salvaguardado.

Por fim, o entrevistado traz alguns questionamentos que também foram motivação para o desenvolvimento deste artigo, no sentido de como os inventários não devem ser vistos somente como instrumentos de identificação e conhecimento, mas podem contribuir para a gestão do patrimônio (ARANTES *et al.*, 2015, p. 250):

[...] o que se faz com tantas informações? Para que servem todas essas informações produzidas pelos inventários? Se a instituição não tiver uma resposta clara a

7 Arantes decide se limitar à área da poligonal delineada para o MADE no Decreto nº 1874/96.

8 Entrevista publicada na Revista CPC, São Paulo, em dezembro de 2015. (ARANTES *et al.*, 2015). DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i20p221-260>.

9 Destaque do autor.



essa pergunta, a atividade de inventariação torna-se um desperdício enorme de recursos financeiros, de tempo, de inteligência, de criatividade. Leva a se produzir uma massa de dados de pouca utilidade do ponto de vista da salvaguarda, que é o objetivo desta política.

Na tentativa de responder tais questionamentos, trazemos a problemática da dificuldade de acesso às informações produzidas, que, inclusive foi uma das motivações da entrevista. Arantes chega a afirmar que “o trabalho [...] está sendo divulgado ou transmitido de modo incompleto”, sendo ratificado pelos autores ao informar no pé de página da entrevista que “o material de Porto Seguro nunca foi impresso”.

O Relatório da Atuação do Ministério da Cultura e do Iphan no Museu Aberto do Descobrimento (IPHAN, 2001, p. 29) indica que os produtos resultantes do INRC de Porto Seguro foram: 30 painéis temáticos para exposição permanente; CD para veiculação em meio multimídia; Guia Cultural do Museu Aberto do Descobrimento e Inventário de Referência Cultural, composto por três volumes.

Assim como no levantamento de material sobre o INBI-SU, foi realizada uma busca na Superintendência do Iphan na Bahia e no ETEC-PS, onde os produtos supracitados do INRC foram encontrados também parcialmente.

Deste material, somente o Guia Cultural, que aborda uma síntese do INRC de maneira pedagógica, foi encontrado de maneira mais acessível. Este material está disponível na Superintendência da Bahia (único exemplar) e no Escritório Técnico de Porto Seguro (onde há inúmeros exemplares lacrados e não utilizados, por um período de 18 anos) que em tese, deveriam ser distribuídos para fomento de pesquisas e promoção de Educação Patrimonial.

A ausência do material completo tanto do INBI-SU, como do INRC do município leva a inferir que, até então, os inventários desenvolvidos foram tratados como instrumento de conhecimento e identificação, não sendo utilizados por parte do Iphan como mecanismo de gestão do patrimônio cultural.

Compreende-se que os inventários, pelos dados coletados e fornecidos, são os principais balizadores para qualquer planejamento de gestão a ser realizado no âmbito de salvaguarda do patrimônio cultural e, inclusive, subsídio para a elaboração de critérios de normatização para a poligonal tombada do município. Porém, será necessária uma avaliação qualitativa de tais dados, entendendo a conjuntura no qual os mesmos foram realizados e seus respectivos autores para possíveis atualizações e até revisão dos dados.

## **INSTRUMENTOS REFERENTES AOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO**

Com o objetivo de regular os procedimentos de fiscalização do patrimônio, foi criada a Portaria nº187 de junho de 2010, que “dispõe sobre os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado”. Tais procedimentos visam fazer-se cumprir as disposições do

Decreto-Lei nº 25/37, no que se refere a aplicação de multas por infrações contra bens culturais de natureza material. Dentre os recursos institucionalizados, encontram-se a Notificação para Apresentação de Documentos (NAD), o Auto de Infração e o Termo de Embargo, os quais são meios legais de se proteger o patrimônio edificado.

Foi realizado no ETEC-PS um levantamento do quantitativo de aplicação desses procedimentos para uma análise da atuação de fiscalização e gestão do Iphan no município de Porto Seguro. Além desses documentos, também foram contabilizadas as quantidades de memorandos e Informações/Notas Técnicas elaboradas.

Vale destacar que no período de análise (2010-2017), o ETEC-PS passou por quatro gestões de chefia diferentes, a saber: Cássia Boaventura, Karenina Méndez, Felipe Musse e o atual chefe Fernando Medeiros, todos com graduação em arquitetura e urbanismo. Além da chefia, a equipe conta apenas com mais um servidor técnico de fiscalização, um técnico administrativo e dois servidores terceirizados de serviços gerais e segurança. Atualmente, o bolsista do mestrado profissionalizante do Iphan, graduado em arquitetura e urbanismo, complementa os recursos humanos do Escritório.

O levantamento foi realizado a partir das minutas de relatórios mensais e anuais dos respectivos chefes para a coordenação técnica da Superintendência do Iphan na Bahia. As minutas podem não trazer uma garantia plena de que todas as informações ali descritas foram transcritas tais quais nos documentos originais, todavia foi de entendimento que as eventuais divergências não trariam prejuízo para o levantamento quanto à questão da quantidade de documentos gerados.

Um relatório do período dos anos 2010 a 2016, de Fernando Medeiros, especificamente, muito contribuiu com o levantamento dos dados que serão apresentados a seguir. As informações também foram confrontadas - em parte, corrigidas - com os canhotos de fiscalização encontrados no ETEC-PS, gentilmente cedidos pelo servidor Cláudio Cruz.

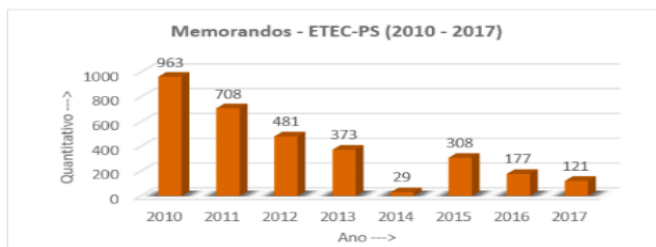
Os dados referentes às NAD's dos anos de 2010, 2011, 2014 e 2015, assim como dos Termos de Embargo de 2014 e Autos de Infração de 2015 não foram encontrados, nem citados nos relatórios analisados. Não houve tempo hábil para averiguar se tais informações estão nos arquivos da Superintendência do Iphan - BA, em Salvador. A ausência dos dados supracitados prejudica, em certo ponto, o diagnóstico aqui realizado, porém, com os dados coletados, há como se fazer a análise e diversas considerações no âmbito da gestão e fiscalização do patrimônio cultural de Porto Seguro.

Como não foi encontrado o canhoto das NAD's, Autos de Infração e Termos de Embargos de muitos dos anos pesquisados, decidiu-se não se realizar o mapeamento geográfico de tais informações, o que se poderá fazer no futuro e será de grande valia para um panorama mais detalhado da fiscalização realizada nos últimos anos.

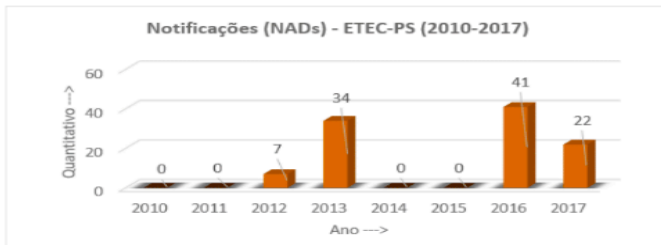
O quantitativo dos documentos gerados, ano a ano, no ETEC-PS foi posto em tabelas que subsidiaram o subsequente desenvolvimento dos gráficos apresentados

a seguir<sup>10</sup>:

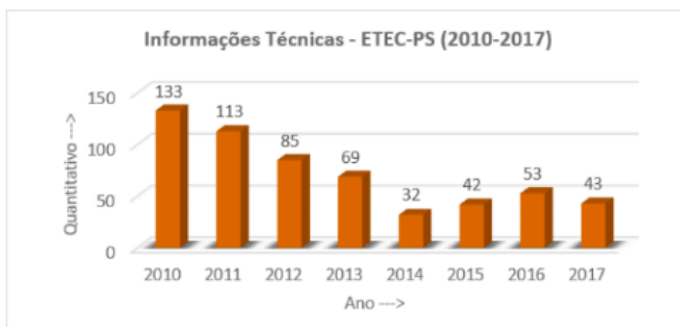
MEMORANDOS	
ANO	QUANTITATIVO
2010	963
2011	708
2012	481
2013	373
2014	29
2015	308
2016	177
2017	121
TOTAL:	1084



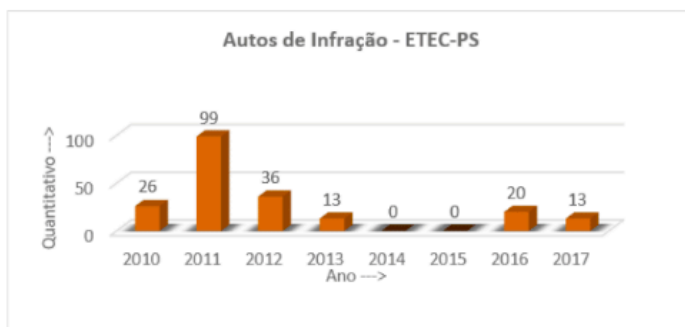
NAD's	
ANO	QUANTITATIVO
2010	?
2011	?
2012	7
2013	34
2014	?
2015	?
2016	41
2017	22
TOTAL:	104



INFORMAÇÕES/NOTAS TÉCNICAS	
ANO	QUANTITATIVO
2010	133
2011	113
2012	85
2013	69
2014	32
2015	42
2016	53
2017	43
TOTAL:	176



AUTOS DE INFRAÇÃO	
ANO	QUANTITATIVO
2010	26
2011	99
2012	36
2013	13
2014	?
2015	?
2016	20
2017	13
TOTAL:	207



TERMOS DE EMBARGO	
ANO	QUANTITATIVO
2010	60
2011	21
2012	11
2013	4
2014	?
2015	2
2016	23
2017	11
TOTAL:	132



10 Gráficos e tabelas elaborados pelo autor a partir dos dados levantados.

## INSTRUMENTOS REFERENTES À AUTORIZAÇÃO DE INTERVENÇÃO DO PATRIMÔNIO

Os pareceres técnicos de análise dos requerimentos que solicitam autorização para intervenção no patrimônio são, talvez o instrumento de proteção e salvaguarda utilizado no ETEC-PS que possa dar o maior número de informações relacionado à gestão do patrimônio de Porto Seguro.

Na tentativa de obter tais dados, além do levantamento de todos os pareceres elaborados entre o período entre os anos de 2010 e 2017, foi feito um mapeamento geográfico dos mesmos para se conseguir um panorama de onde, territorialmente, são mais efetivas a atuação do Iphan no âmbito desses requerimentos.

Como seria inviável o acesso a todos os processos administrativos dos últimos oito anos onde estão esses pareceres, por questão de logística – muitos encontram-se na Superintendência da Bahia, em Salvador – e tempo hábil, decidiu-se fazer o levantamento dos pareceres pelas minutas que se encontram salvas na rede de computadores do ETEC-PS.

Se por um lado, torna viável o levantamento dos pareceres, por outro, fazer a análise dos mesmos pelas minutas não traz uma garantia plena de que todas as informações ali descritas foram transcritas tais quais nos documentos originais. Mesmo assim, para o objetivo deste levantamento, foi de entendimento de que as eventuais alterações não trarão prejuízo para o diagnóstico aqui realizado.

Vale ressaltar que o sistema eletrônico de informações do Iphan (SEI) só foi implantado em 2017, sendo que, mesmo neste ano de transição, nem todas os pareceres foram feitos de forma digital, o que inclusive trouxe um problema de numeração dos documentos: o parecer número 01/2017, gerado automaticamente pelo SEI quanto este foi implantado em meados de 2017, repete a numeração do parecer físico de também número 01/2017, gerado no início deste mesmo ano. As minutas de parecer evitaram esta sobreposição nas informações deste trabalho.

Todas os chefes que atuaram no ETEC-PS desde 2010 fizeram minutas dos pareceres e deixaram na rede de computadores do escritório. Embora não haja uma organização lógica de como estão organizados e/ou localizados nas pastas digitais, praticamente todos foram encontrados. Há pareceres que fazem análise de intervenção que ocorre em dois sítios distintos.

Após o levantamento de todas as minutas de pareceres, foi criada uma tabela para cada ano de gestão do escritório, começando pelo ano de 2010, ano de vigência da Portaria nº420/2010 (BRASIL, 2010), que “dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno”. Verificou-se, contudo, que o modelo padrão de parecer da Portaria só começou a ser utilizado no ETEC-PS a partir do parecer de número 18 do ano de 2011.

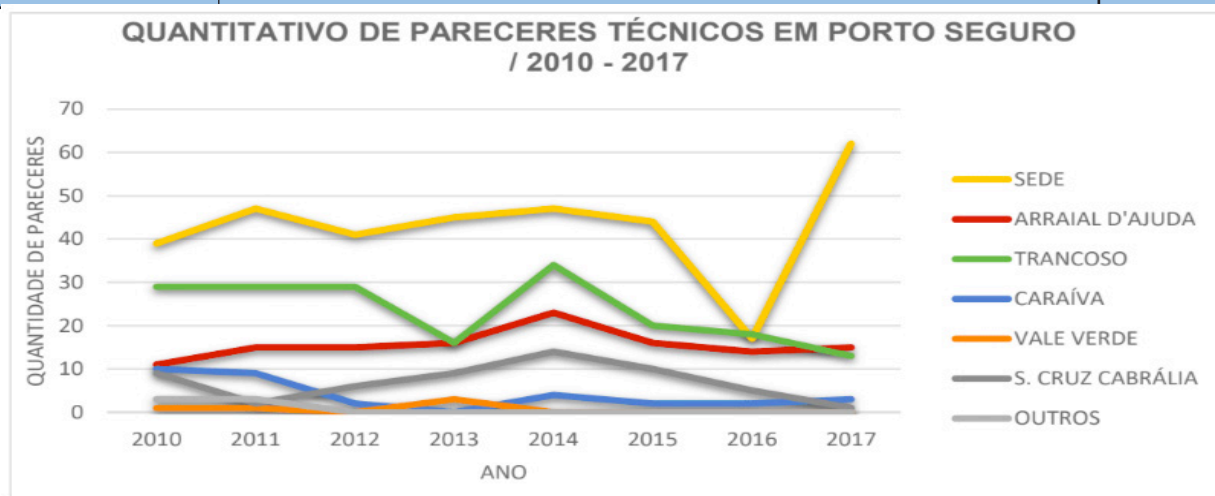
As tabelas elaboradas trouxeram informações do quantitativo de pareceres

técnicos, assim como da localidade do bem objeto do requerimento, tendo como parâmetro os cinco distritos de Porto Seguro (Sede, Arraial D’Ajuda, Trancoso, Vale Verde e Caraíva).

Percebeu-se um número considerável de pareceres para intervenções no município de Santa Cruz de Cabrália e seu distrito de Coroa Vermelha, os quais, embora não sejam objeto de estudo deste mestrado, foi decidido considera-los no âmbito de análise da gestão do ETEC-PS.

As tabelas com as informações de cada ano<sup>11</sup> forneceram as informações para elaboração da tabela resumo a seguir e subsequente gráfico:

QUANTITATIVO DE PARECERES TÉCNICOS EM PORTO SEGURO / 2010 - 2017									
LOCALIDADE	ANO								TOTAL
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Sede	39	47	41	45	47	44	17	62	342
Arraial D’Ajuda	11	15	15	16	23	16	14	15	125
Trancoso	29	29	29	16	34	20	18	13	188
Caraíva	10	9	2	0	4	2	2	3	32
Vale Verde	1	1	0	3	0	0	0	0	5
S. C. Cabrália	9	2	6	9	14	10	5	1	56
Outros	3	3	0	0	0	0	0	0	6
<b>TOTAL</b>	<b>102</b>	<b>106</b>	<b>93</b>	<b>89</b>	<b>122</b>	<b>92</b>	<b>56</b>	<b>94</b>	<b>754</b>



Numa primeira análise, foi visto uma predominância de pareceres técnicos para os distritos Sede, Trancoso e Arraial D’Ajuda, além de que havia uma quantidade considerável de pareceres para regiões específicas desses distritos. Desta maneira, decidiu-se reelaborar as tabelas, separando algumas regiões: a orla norte do distrito Sede (Porto Seguro) e as regiões de Itaporanga; Praia do Espelho e Curuípe do distrito de Trancoso.

Foram elaborados novos gráficos que pudessem fornecer um panorama do

11 As oito tabelas de ano a ano (2010-2017) não foram publicadas, pois, apesar de fazerem parte do processo metodológico, foi de entendimento que a tabela resumo e gráfico trazem as informações pertinentes para este artigo, sem prejuízo à pesquisa e seu entendimento.

quantitativo anual dos pareceres e a localidade da intervenção. Como previsto, em todos os anos analisados há uma predominância de pareceres nos distritos Sede, Trancoso e Arraial D’Ajuda. A separação de regiões do próprio distrito se justificou na orla norte, onde há um suposto eixo de crescimento urbano do município.

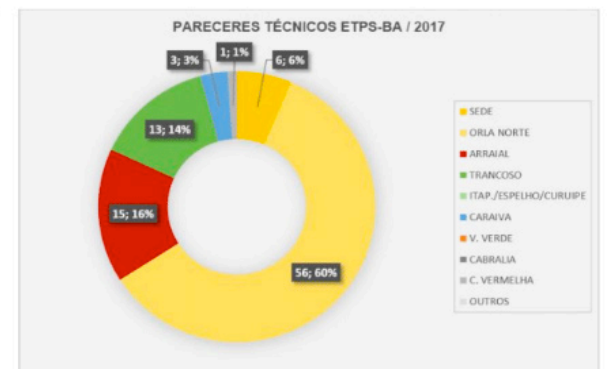
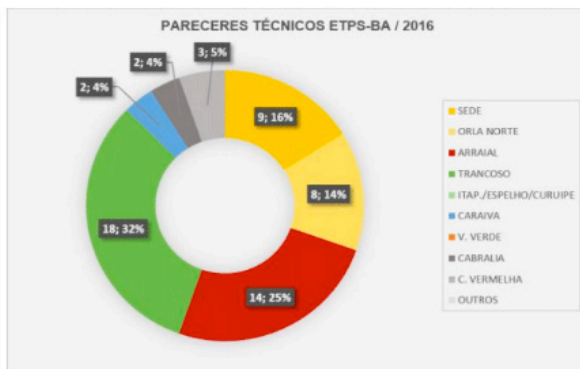
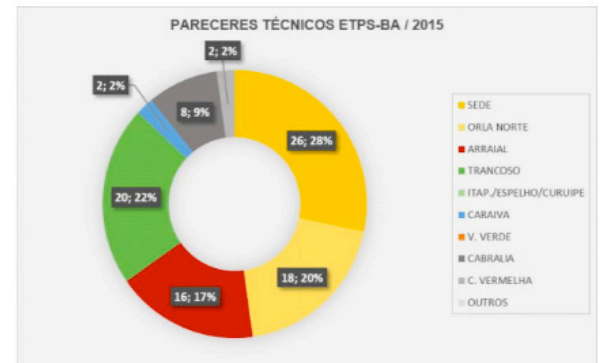
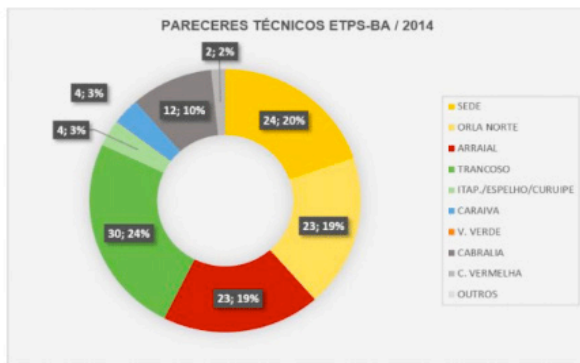
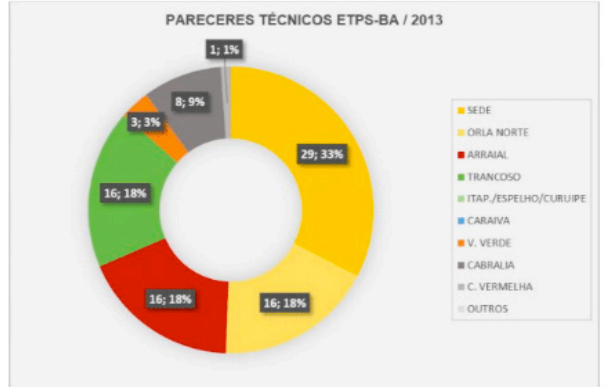
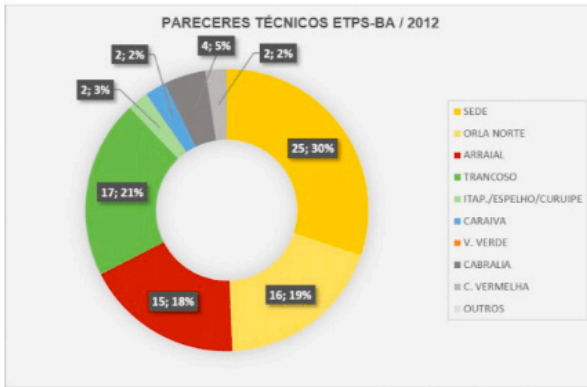
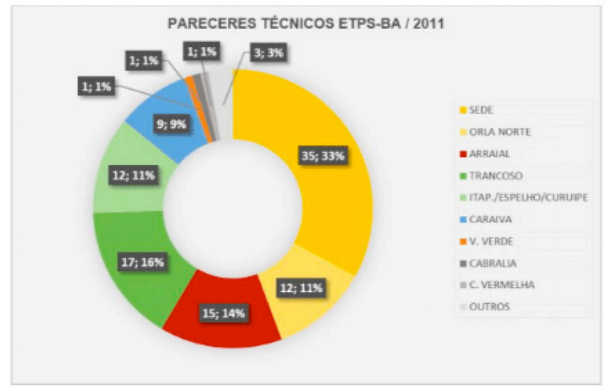
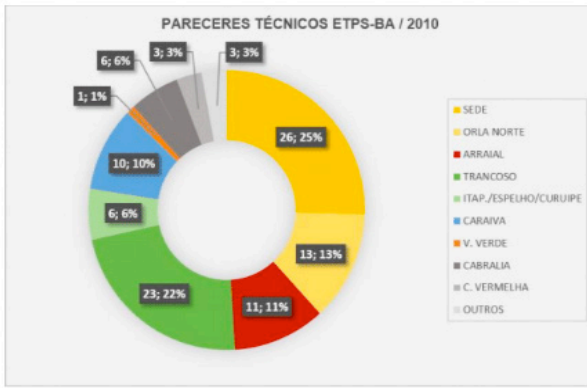
No caso dos distritos de Trancoso, observou-se que a demanda de pareceres técnicos se dá em alguns anos específicos. Ao analisar esses anos, percebeu-se que todos os pareceres técnicos estavam voltados à aprovação de loteamentos e condomínios residenciais recém aprovados naquele ano pela prefeitura e Iphan, o que gera, subsequentemente, diversos pedidos de autorização para construção de habitações nesses lotes recém-criados. No caso de 2011, destaca-se o loteamento do Condomínio Vila das Brisas, na região de Curuípe, distrito de Trancoso.

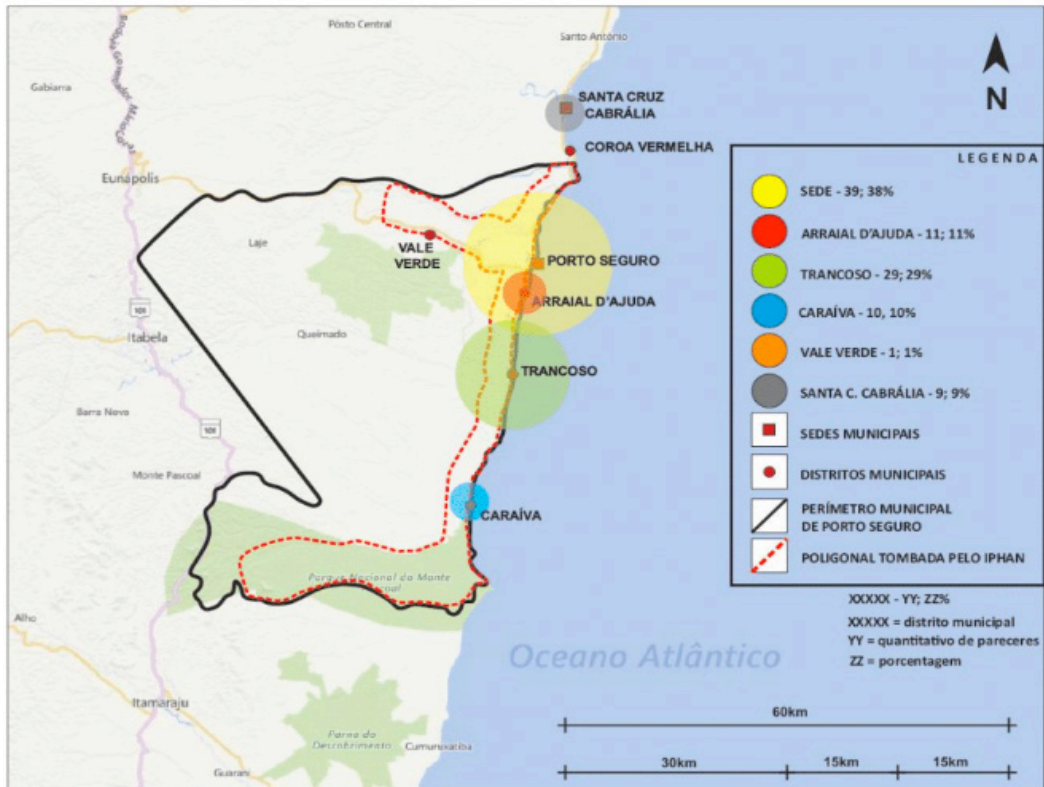
Embora não apontado nas tabelas e nos gráficos, também foi evidenciado que uma expressiva parte dos pareceres demandados para o distrito de Arraial D’Ajuda foram para as intermediações da Estrada da Balsa e Estrada de Itaporoca, um indicativo de setores de desenvolvimento urbano do município de Porto Seguro.

Outro destaque evidenciado é a quantidade de pareceres na localidade da orla norte de Porto Seguro no ano de 2017. A justificativa seria o processo aberto pelo Ministério Público Federal contra todas as barracas de praia e outros empreendimentos da área, que demandou do Iphan uma resposta rápida, e conseqüente prioridade, para a questão.

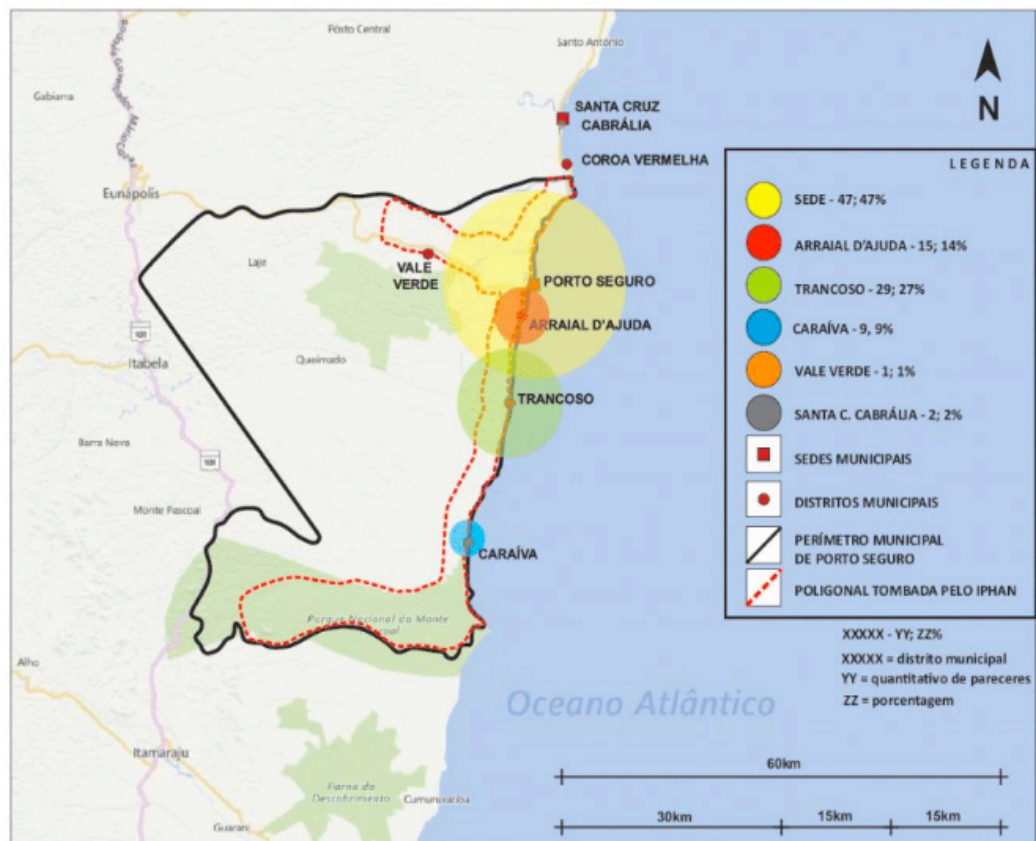
O “outros” apontado nas tabelas e gráficos apontam pareceres para objetos de análise que estão fora da poligonal de tombamento estabelecida pelo Iphan. Chama atenção dois requerimentos de parecer para a região do Monte Pascoal em 2010 e solicitação de autorização de intervenção para instalação de energia elétrica na Aldeia Indígena do Bugigão através do Programa Luz para Todos, também no ano de 2010.

Além dos gráficos, foi realizado um mapeamento geográfico dos pareceres técnicos para confirmação e melhor percepção das informações reveladas por estes primeiros e do quantitativo de requerimentos por região, ano a ano, ambos apresentados a seguir:



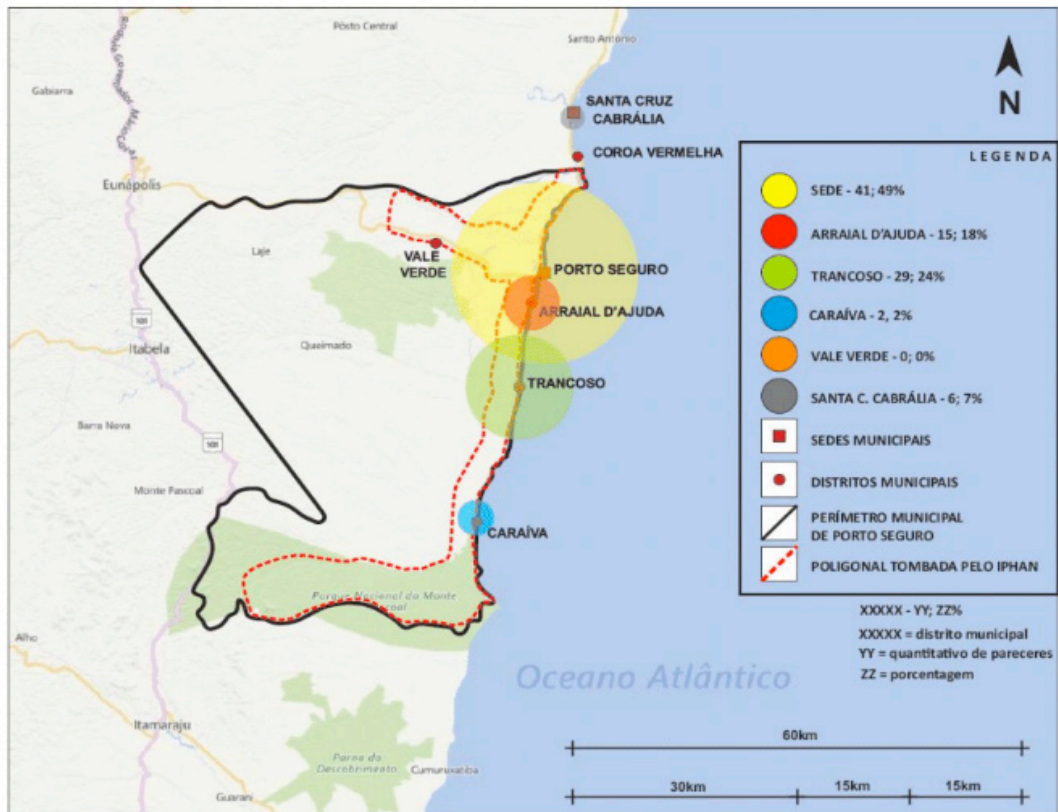


Mapeamento dos pareceres técnicos do ETPS (2010)

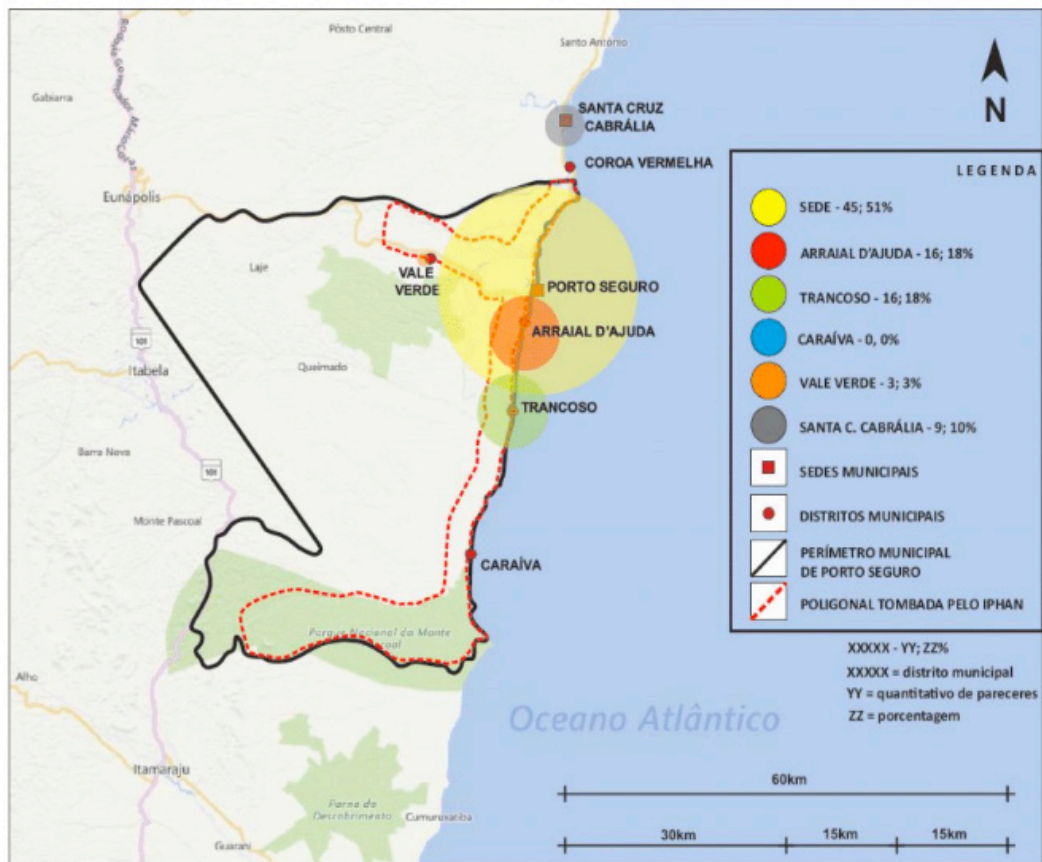


Mapeamento dos pareceres técnicos do ETPS (2011)

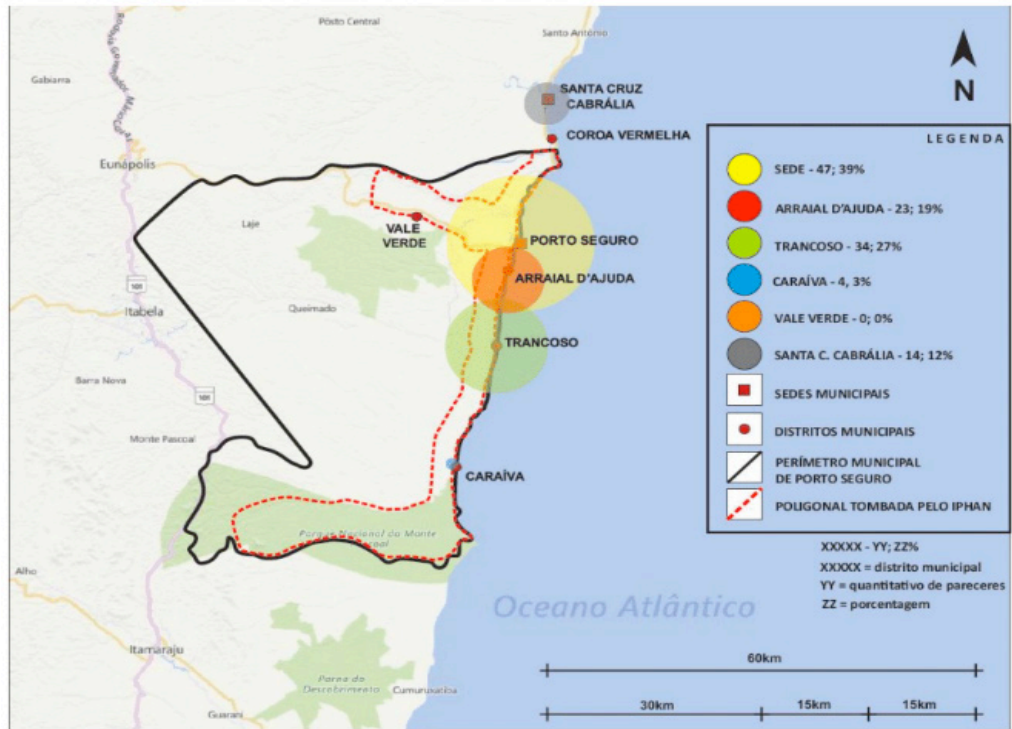




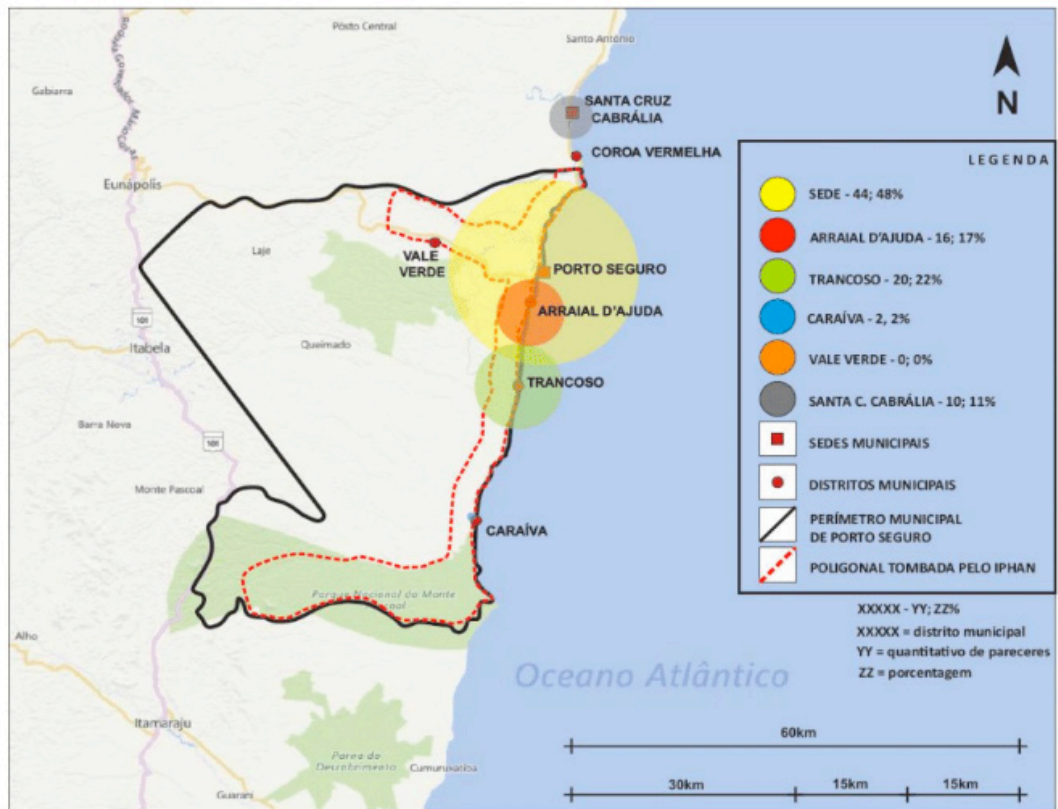
Mapeamento dos pareceres técnicos do ETPS (2012)



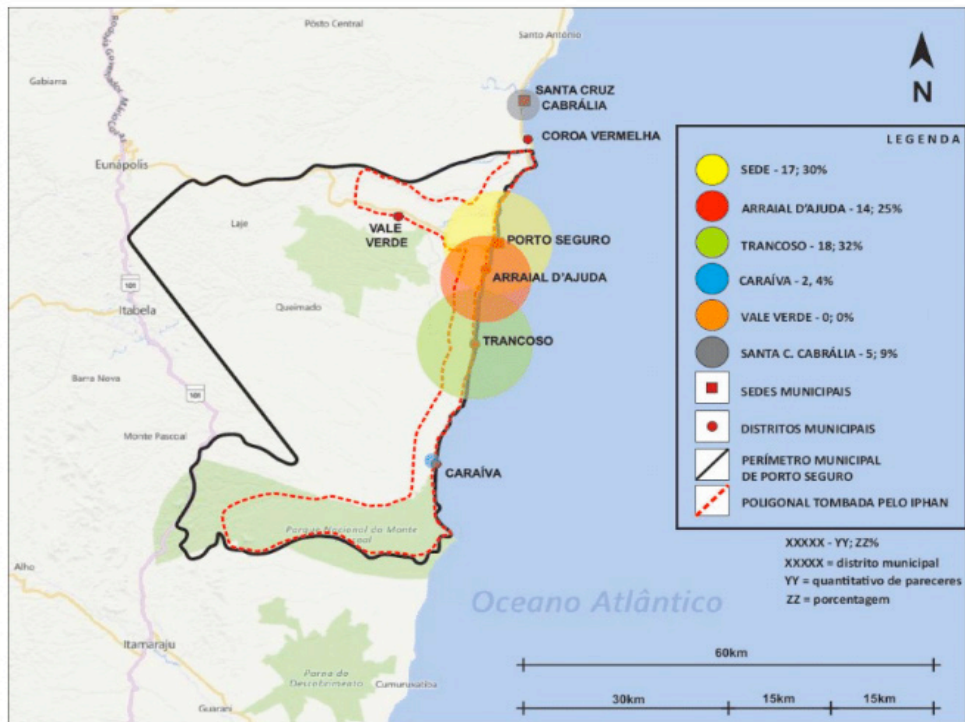
Mapeamento dos pareceres técnicos do ETPS (2013)



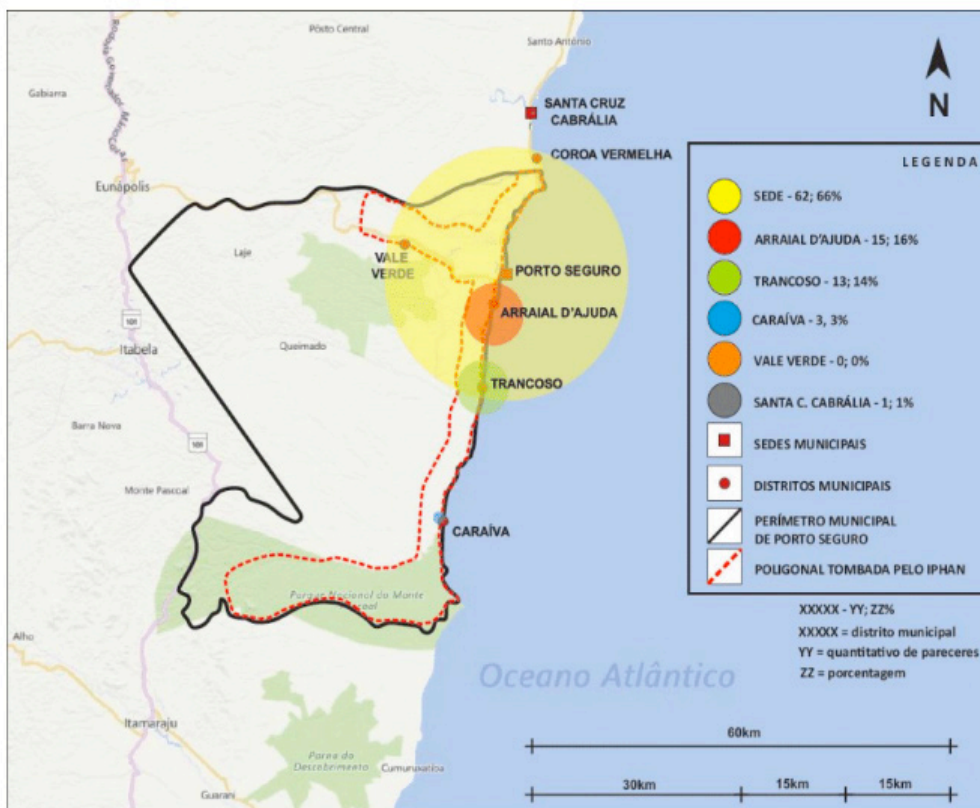
Mapeamento dos pareceres técnicos do ETPS (2014)



Mapeamento dos pareceres técnicos do ETPS (2015)



Mapeamento dos pareceres técnicos do ETPS (2016)



Mapeamento dos pareceres técnicos do ETPS (2017)

## DIAGNÓSTICO DOS DADOS LEVANTADOS: ANÁLISE SWOT

Parte do diagnóstico já foi apresentado nas considerações sobre a elaboração das tabelas, gráficos e mapeamentos. O próprio material desenvolvido *per se*, já traz uma leitura didática do que foi levantado. A partir da Matriz SWOT

, foi realizada uma análise, de forma sucinta, dos fatores positivos e aqueles a serem qualificados no quesito de gestão do patrimônio cultural de Porto Seguro.

### **Strengths (forças):**

- Legislação: O Decreto-Lei nº 25/1937 ampara até hoje o Iphan em suas atribuições de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural, sendo o mesmo apoiado por outros diversos aparatos legais que auxiliam na regulamentação dos procedimentos adotados na proteção dos bens tombados, dentre os quais destacamos aqui a Constituição Federal de 1988, que reinterpreta e dá ainda mais força ao Decreto-Lei nº25 e ainda as Portarias nº187/2010 e nº420/2010 que, no âmbito específico de Porto Seguro, trouxeram mudanças significativas na atuação do Iphan;

- SEI: O Sistema Eletrônico de Informações (SEI), implementado no Iphan no ano de 2017, consegue elencar informações preciosas sobre a gestão de cada unidade da autarquia. Todos os dados levantados para a execução deste trabalho seriam coletados de forma muito rápida e prática se estivessem inseridos no sistema. Outro aspecto importante do SEI é o acesso à informação que se dá de maneira muito mais ágil, sem depender do trânsito de malotes de processos, o que auxilia na localização de documentos e coíbe, inclusive, a sua perda e/ou extravio;

- Fundamentação teórica subsidiada pelo próprio Iphan: É inoidável a vasta bibliografia que o Iphan possui a respeito da preservação do patrimônio cultural. Cabe aos servidores imergirem nesse material, principalmente os comissionados que não possuem especialização e/ou fundamentação teórico-prática para atuar em sua função, o que pode ocasionar a elaboração de pareceres técnicos frágeis, com permissividades que causam danos irreparáveis ao patrimônio;

- População de Porto Seguro: Neste diagnóstico não se entrou no mérito específico da comunidade local que convive diariamente com o bem tombado, mas não se poderia deixar de destacar a força de atuação que a mesma tem na prática de preservação do patrimônio cultural, seja pelo sentimento de pertencimento ou até, mais efetivamente, através de manifestações e denúncias realizadas.

### **Weaknesses (fraquezas):**

- Falta de planejamento de gestão: Não foi encontrado no ETEC-PS qualquer tipo de relatório contendo um planejamento de gestão, com objetivos, metas e/ou metodologia de atuação e fiscalização. Os gráficos apresentados nesse trabalho evidenciam tal fato. Numa primeira análise, pôde-se verificar que os relatórios enviados à Superintendência possuem mais um caráter de “prestação de contas” do trabalho realizado no ETEC-PS do que um planejamento de gestão do patrimônio cultural. Percebeu-se que a unidade trabalha de forma reativa, respondendo os processos de acordo com a demanda que chega ao escritório, e, normalmente se priorizando os processos judiciais. Outro fator observado é que nunca um processo administrativo

chegou ao ponto de se gerar uma multa ao infrator, embora sejam significativos o número de embargos e autos de infração em alguns anos de gestão, conforme indicativo dos gráficos elaborados nesse diagnóstico;

- Transição das gestões: Outro ponto de fraqueza analisado (e conversado de maneira informal com chefias anteriores do ETEC-PS) é como se dá a transição de gestão no escritório, sendo que não há qualquer tipo de comunicação entre a chefia que sai do cargo e a nova que a substitui, o que aumenta o tempo de adaptação desta última. As lacunas de tempo de substituição entre uma chefia e outra também prejudicam a atuação do Iphan. Fatos estes que pode explicar a diminuição dos procedimentos de fiscalização em determinados anos do ETEC-PS, como evidenciado nos gráficos apresentados;

- Não organização da documentação elaborada: Como cada chefe possui sua maneira particular de trabalhar, não foi encontrado um padrão de organização de documentos e pastas no ETEC-PS. Duas gestões na unidade (Karenina Méndez e Felipe Musse) se deu de maneira “virtual”, pois os chefes do ETEC-PS atuavam em Porto Seguro pela Superintendência da Bahia, em Salvador, que fica a mais de 800km de distância, o que se dificulta ainda mais a organização documental da unidade. Tal fato leva a crer que parte dos documentos não encontrada no ETEC-PS (observada nas lacunas dos gráficos desse diagnóstico) encontra-se em Salvador. A unidade do Iphan de Porto Seguro possui uma ótima infraestrutura de arquivo, contudo falta um especialista - arquivista, talvez - que sistematize e oriente a organização do material físico e digital existente.

### **OPPORTUNITIES (OPORTUNIDADES):**

- Inventários já realizados: Tanto o INBI-SU como o INRC aplicados em Porto Seguro são preciosas fontes de informação sobre o sítio tombado de Porto Seguro. Será necessária uma análise minuciosa e qualitativa desses dados para que os mesmos possam ser utilizados no âmbito da atribuição de valores, significância cultural e consequente gestão do patrimônio cultural local no que toca os seus bens de natureza tangível e intangível.

- Elaboração da normatização da poligonal tombada: Mais recentemente, foi aberto um edital para desenvolvimento de estudos para implementação de proposta de regularização e normatização do conjunto arquitetônico e paisagístico de Porto Seguro “a fim de tornar a gestão das áreas protegidas eficaz, participativa, transparente e conforme as políticas nacionais definidas pela instituição” (MINC, 2017). Esse diagnóstico faz parte do primeiro passo para a construção dos critérios de intervenção na poligonal tombada de Porto Seguro que deverá ser encaminhada para a Superintendência da Bahia de modo a se transformar em Portaria que se institucionalize normativa de âmbito federal;

- Outros órgãos governamentais que atuam em Porto Seguro: Além do

Iphan, diversos outros órgãos governamentais atuam na região como o Instituto Chico Mendes Biodiversidades (ICMbio), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) e Prefeitura Municipal de Porto Seguro que muito podem contribuir, direta ou indiretamente para uma melhor gestão do patrimônio cultural local. Como próximo passo deste trabalho, será realizado uma sobreposição dos mapeamentos (um dos objetivos específicos da dissertação e produto 02 deste mestrado) já realizados por essas diferentes esferas públicas de âmbito municipal, estadual e federal para entendimento de como tais órgãos atuam na região e como os mesmos poderiam trabalhar de forma conjunta;

### **THREATS (AMEAÇAS):**

- Setores de expansão: Há que se identificar de perto os vetores de expansão urbana de Porto Seguro para que os mesmos não representem uma ameaça da especulação imobiliária ao patrimônio cultural do município. O mapeamento geográfico deste trabalho já apontou alguns desses eixos, como a Orla Norte do município, a Estrada Arraial/Trancoso e a Estrada da Balsa. Tais dados serão sobrepostos ao Plano Diretor Urbano do município e confrontados para melhor subsidiar quanto aos critérios adotados de intervenção no patrimônio paisagístico de Porto Seguro nessas áreas e outras mais que forem identificadas;

- Atual ausência de critérios de intervenção para a poligonal tombada: Tal ausência o dificulta a gestão do sítio tombado e torna o papel do técnico muito mais trabalhoso e delicado na tomada de posicionamento crítico pela não existência de parâmetros e critérios específicos, o que pode leva-lo a tomar decisões pautadas em conhecimentos empíricos e gosto pessoal ao invés de subsídio teórico. Beatriz Kühl (2016, p. 65) ressalta a importância deontológica da fundamentação teórica, colocando-a acima do gosto pessoal, para se definir o que é moralmente necessário ao se intervir no patrimônio e servindo para nortear o que realmente deve ser feito:

Qualquer profissional tem predileções individuais, mas deve superá-las na prática em função de deontologia apropriada, para não recair no arbítrio. Esse processo não é óbvio e também por isso a pluridisciplinaridade é necessária: para minimizar o risco de atitudes parciais e deformadoras.

Tal posição não descarta a divergência de interpretações, pois mesmo as correntes teóricas não são concordantes entre si, contudo há uma diferença entre divergências de pensamentos no como se intervir e a discussão infundada, seja por falta de fundamentação ou má fé. O fundamental é que as várias formas de intervir no patrimônio, divergentes entre si ou não, devem possuir coerência e serem pautadas em uma teoria crítica de conservação e restauro (KÜHL, 2016, p. 54):

Analisar a fundamentação teórica do restauro, em suas várias vertentes e transformações ao longo do tempo, é essencial para o entendimento mais pleno das formulações, de modo a interpretá-las para os casos específicos, justamente para que a ação não seja arbitrária, mesmo devendo ser sempre problematizada.

Daí a importância da aplicação de metodologias, princípios teóricos e procedimentos técnicos operacionais para nortear as intervenções, com intuito de que os bens sejam salvaguardados por instrumentos de proteção que garantam a sua integridade para que sirvam como efetivos suportes do conhecimento e da memória coletiva;

- Não utilização dos inventários como instrumento de gestão: Os inventários possuem a função tanto de preservação do patrimônio, como de “principalmente no caso dos sítios urbanos, apoiar os trabalhos de planejamento e atualização das intervenções, contribuindo diretamente para o estabelecimento de critérios e parâmetros de preservação” (SENADO FEDERAL, 2007, p. 17), ou seja, possuem um caráter intrínseco de contribuir com a gestão patrimonial. Cabe ao Iphan utilizar esse material não somente como instrumento de identificação, mas instrumento que auxilie a gerir o patrimônio cultural de Porto Seguro, a começar por facilitar o acesso à essas informações.

## CONCLUSÃO

A análise da atuação do Iphan no patrimônio cultural de Porto Seguro forneceu inúmeras informações que subsidiará a elaboração dos critérios de intervenção na poligonal tombada. Alguns dos instrumentos de gestão do patrimônio utilizados, dentre eles, as Portarias nº 420/2010 e nº 187/2010 e suas ferramentas como as NAD's, os autos de infração e os termos de embargo, que regulam os procedimentos de fiscalização dos bens culturais edificados, auxiliam na compreensão de como o patrimônio cultural de Porto Seguro foi gerido nos últimos oito anos.

Informações técnicas com parâmetros de intervenção no sítio tombado e pareceres técnicos de autorização de intervenção no patrimônio elaborados trazem subsídio para um mapeamento geográfico de onde ocorrem as maiores transformações no município e apontam para vetores de crescimento urbano. Há uma necessidade de confronto desses dados com outras ferramentas de gestão urbana como o Plano Diretor de Desenvolvimento municipal para ver até onde esses eixos afetam o patrimônio cultural, seja positiva ou negativamente.

Ter acesso aos inventários, bem como interpretá-los foi um desafio tendo em vista a dificuldade de acesso a muitos documentos que poderiam ser utilizados para melhor gestão dos bens culturais de Porto Seguro. É preciso que os mesmos sejam vistos não só como instrumentos de identificação e possível chancela, mas como instrumentos de gestão do patrimônio, de forma a sugerir e fomentar novas atuações e participações neste processo.



Figura 2: Diagrama de análise SWOT.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Quanto aos limites da pesquisa, pode-se afirmar que o próprio tema tem uma natureza complexa. A gestão do patrimônio pelo Estado junto à participação cidadã popular, embora descrita na Constituição Brasileira de 1988, é algo ainda pouco praticado no país e na Bahia. Deseja-se que este trabalho possa estimular e subsidiar a normativa da poligonal tombada do município de Porto Seguro, assim como o desenvolvimento de novas pesquisas sobre gestão do patrimônio cultural tombado e seus efeitos na sua preservação e salvaguarda.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, Antônio Augusto. Patrimônio Cultural. In: LIMA, Antônio Carlos de Souza (coord.). **Antropologia & Direito: Temas antropológicos para estudos jurídicos**. Brasília/Rio de Janeiro/Blumenau: Associação Brasileira de Antropologia/LACED/Nova Letra, 2012. 110-124 p.

ARANTES, Antônio Augusto et al. **Trajetória e desafios do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)**. Entrevista com Antônio Arantes. In: Revista CPC, São Paulo, n.20. 2015. 221-260 p.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto Do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional. Portaria nº 187, de 11 de junho de 2010. Dispõe sobre os procedimentos para apuração de infrações administrativas



por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultura edificado, a imposição de sanções, os meios de defesa, o sistema recursal e a forma de cobrança dos débitos decorrentes das infrações. **Diário Oficial da União**. Brasília - DF.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. Instituto Do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional. Portaria nº 240, de 22 de dezembro de 2010. Procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 24 dez. 2010. Seção 1, pág. 9.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n.34. 2011. 147-165 p.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 28, nº 55, p. 211-228, janeiro-junho 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v28n55/0103-2186-eh-28-55-0211.pdf>

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - Iphan. **Inventário Nacional de Referências Culturais**: Manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: IPHAN, 2000.

\_\_\_\_\_. **Relatório Final**. In INRC do Museu Aberto do Descobrimento - BA. Brasília: DPI. 2000.

\_\_\_\_\_. **Inventario Nacional De Bens Imóveis - Sítios Urbanos de Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia**. Frederico de Paula Tofani (Org.) CD-ROM. Belo Horizonte: EA UFMG. 2001.

\_\_\_\_\_. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Evelina Grunberg. (Org.). Brasília. 2007.

\_\_\_\_\_. **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. Átila Bezerra Tolentino (Org.). João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba. 2012.

\_\_\_\_\_. Escritório Técnico de Porto Seguro. **Informação Técnica 12/2015- ETPS PS/SBA**. Porto Seguro, 2015.

\_\_\_\_\_. Escritório Técnico de Porto Seguro. **Informação Técnica 33/2016- ETPS PS/SBA**. Porto Seguro, 2016.

\_\_\_\_\_. **Educação Patrimonial**: Inventários participativos: Manual de aplicação do IPHAN. Sônia Regina Rampim Florêncio (Org). Brasília-DF. 2016. Disponível em <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio\\_15x21web.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf)> Acesso em 21 de fevereiro de 2018.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Ética na preservação no século XXI. In: HERNÁNDEZ MARTÍNEZ, Ascensión. (Org.). **Conservando el pasado, proyectando el futuro. Tendencias en la restauración monumental en el siglo XXI**. 1ed. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2016, v. 1, p. 53-68. Disponível em: <http://fc.dpz.es/recursos/publicaciones/35/83/04mugayarkulh.pdf> Acesso em 02 de março de 2018.

SENADO FEDERAL. Maria Beatriz Setubal de Rezende Silva (Org.). **Inventário Nacional de Bens Imóveis Sítios Urbanos Tombados**: Manual de Preenchimento. Brasília: Edições do Senado Federal, 2007. 303 p.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-266-1



9 788572 472661